

Reformulação da Funasa e Campanha 2024 foram temas em reunião com servidores no Apicum

Direção do Sindsep /MA reuniu com servidores da FUNASA/Apicum para tratar dentre outras pautas, a reformulação do órgão e a campanha salarial 2024.

Durante a reunião foi informado que o ministro Alexandre Padilha garantiu que agora com a certeza de que a Funasa não será extinta, será necessário agilizar o processo de reestruturação do órgão.

O Diretor de Formação da Condsef, José Figueiredo explicou que o presidente interino da FUNASA, Alexandre Ribeiro Motta, ainda não disponibilizou o relatório final sobre o processo, e que a Condsef está aguardando ter conhecimento sobre o teor do relatório para discutir com os servidores na Base. “estamos aguardando a disponibilização do relatório final para que possamos de fato encaminhar a todos os servidores a situação exata do processo, sobre a parte física – prédios e equipamentos – e claro, a parte mais importante, que trata dos servidores”, explicou José Figueiredo.

O vice-presidente do Sindsep/MA, Raimundo Pereira



lembrou da necessidade de os servidores pressionarem a bancada maranhense no Congresso para além de garantir a reestruturação da FUNASA, que coloquem recursos no orçamento 2024 para atender a recomposição salarial dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público federal, que até agora não está previsto pelo governo federal.

O servidor Raimundo Rodrigues Santos Filho sugeriu ainda que fosse marcada uma reunião com a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão - FAMEM para pedir ajuda com relação à pressão sobre os deputados e senadores, o que foi prontamente atendido pelos diretores

presentes à reunião. “Nós vamos enviar um ofício ao presidente da FAMEM para solicitar uma audiência para que possamos tratar desse tema que também é de interesse da maioria das prefeituras do Maranhão”, disse Raimundo Pereira, vice-presidente do Sindsep/MA.

O diretor de Formação do Sindsep/MA, Manoel Cecílio, destacou ainda a importância dos Delegados de Base para a mobilização e de informações sobre o processo para a categoria. “Nossos Delegados de Base precisam estar mais presentes para que possamos estreitar a relação entre o sindicato e a Base”, afirmou Manoel Cecílio.

O Sindsep/MA garante vaga e permanência no Conselho Diretor do IFMA de Codó

Em reunião do Conselho Diretor realizada hoje, 16, os representantes do Sindsep/MA, Francisco Santos Leonardo e Raimundo Pereira de Souza foram reconduzidos para mais dois anos de mandato no CONDIR do IFMA de Codó como titular e suplente respectivamente.

“Esse é um espaço de decisão importante e o sindicato precisa estar presente para garantir voz e voto” disse Raimundo Pereira, vice-presidente do Sindsep e membro suplente do Conselho Diretor.



Aprovado projeto que cria certificado para quem promover saúde mental e bem-estar de funcionários

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (10) projeto de lei que cria um certificado federal para empresas por seguirem critérios de promoção da saúde mental e do bem-estar de seus funcionários.

O Projeto de Lei 4358/23, da deputada Maria Arraes (Solidariedade-PE), será enviado ao Senado com texto da relatora, deputada Laura Carneiro (PSD-RJ).

Segundo o projeto, o certificado terá validade de dois anos, período após o qual a empresa deverá passar por nova avaliação para renovação. Enquanto válido, as empresas poderão utilizá-lo em sua comunicação e materiais promocionais.

Para obter o certificado, os interessados deverão cumprir diretrizes para desenvolver ações e políticas que efetivamente promovam esse bem-estar e a saúde mental dos trabalhadores. Caso descumprir as diretrizes, a empresa poderá ter o certificado revogado.

Paralelamente, o governo federal poderá promover ações publicitárias de incentivo à adoção do Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental.

A deputada Maria Arraes comemorou a aprovação do projeto. “Hoje é o Dia Mundial da Saúde Mental e é importante colocá-la no centro das atenções corporativas”, afirmou.

Maria Arraes, autora do projeto de lei

Segundo Laura Carneiro, “se considerarmos que os indiví-

duos passam a maior parte de seu tempo, quando em vigília, no ambiente de trabalho, pode-se imaginar o nível da influência que ele exerce na saúde mental e no bem-estar dos trabalhadores”.

Diretrizes

As diretrizes fixadas pelo texto estão divididas em três áreas. Na promoção da saúde mental, constam:

- Implementação de programas de promoção da saúde mental no ambiente de trabalho;
- Oferta de acesso a recursos de apoio psicológico e psiquiátrico;
- Promoção da conscientização sobre a importância da saúde mental com a realização de campanhas e treinamentos;
- Promoção da conscientização sobre a saúde mental da mulher;
- Capacitação de lideranças;
- Realização de treinamentos específicos de saúde mental de maior interesse dos funcionários;
- Combate à discriminação e ao assédio em todas as suas formas.

Quanto ao bem-estar, o texto lista seis diretrizes:

- Promoção de ambiente de trabalho seguro e saudável;
- Incentivo ao equilíbrio entre vida pessoal e profissional;
- Incentivo à prática de atividades físicas e de lazer;
- Incentivo à alimentação saudável;
- Incentivo à interação saudável no ambiente de trabalho;
- Incentivo à comunicação integrativa.



Transparência

Para subsidiar a concessão e a manutenção do certificado, a empresa deverá fazer uma espécie de prestação de contas e atuar com transparência. Assim, terá de divulgar regularmente as ações e políticas relacionadas à promoção da saúde mental e do bem-estar de seus funcionários nos meios de comunicação utilizados pela empresa.

Terão ainda de manter um canal para recebimento de sugestões e avaliações; além de fixar metas e realizar análises periódicas dos resultados.

Comissão certificadora

A concessão do certificado será realizada por comissão certificadora nomeada pelo Ministério da Saúde, que terá a atribuição de aferir se as práticas desenvolvidas pela empresa estão alinhadas com as diretrizes.

Fonte: Agência Câmara